

O LUNAR DE SEPÉ E A DERRADEIRA MIGRAÇÃO: A EDUCAÇÃO JESUÍTICA ENTRE AS COROAS DE ESPANHA E PORTUGAL¹

Dermeval Saviani

Resumo

O objeto do trabalho é a grande migração determinada pelo Tratado de Madri, celebrado entre Espanha e Portugal em 1750. Seu objetivo é examinar o modelo educativo das reduções jesuíticas, cuja ação pedagógica gerou um "habitus" que opôs os povos das missões às coroas de Espanha e Portugal. O estudo se baseou em fontes literárias (poema "O Lunar de Sepé", recolhido por Simões Lopes em "Contos gauchescos e lendas do Sul" e poema épico "O Uruguay", de Basílio da Gama) e em fontes documentais (alvarás de expulsão dos jesuítas, Tratado de Madri e carta enviada ao Marquês de Bucareli pelos índios guaranis remanescentes das Missões). Entre as fontes secundárias utilizadas destaca-se o livro de Claude Lugon, "A República 'comunista' cristã dos guaranis".

Palavras-chave: Pedagogia jesuítica; Reduções guaranis; Educação e migrações.

"O LUNAR DE SEPÉ" AND THE ULTIMATE MIGRATION: THE JESUITIC EDUCATION BETWEEN THE SPANISH AND PORTUGUESE CROWNS

Abstract

The object of this paper is the large migration determined by the Treaty of Madri, between Spain and Portugal, in 1750. Its aim is to examine the education model of the jesuitic reductions, whose pedagogical action created an "habitus" that opposed the people of the missions to the Spanish and Portuguese crowns. The study was based on literary sources (poem "O Lunar de Sepé", by Simões Lopes in "Contos gauchescos e lendas do Sul" and the epic poem "O Uruguay", by Basílio da Gama) and on documental sources (jesuitic expulsion charters, Treaty of Madri and letter sent to Marquis of Bucareli by the remaining guarani indians in the Missions). Among the secondary sources, the book "A República 'comunista' cristã dos guaranis" by Claude Lugon is highlighted.

¹ Trabalho apresentado no VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação realizado na cidade do Porto, em Portugal, de 20 a 23 de junho de 2008.

Keywords: Jesuitic Pedagogy; Guarani Reductions; Education and migrations.

EL LUNAR DE SEPÉ Y LA DEFINITIVA MIGRACIÓN: LA EDUCACIÓN JESUÍTICA ENTRE LAS CORONAS DE ESPAÑA Y PORTUGAL

Resumen

El objeto del trabajo es la gran migración determinada por el Tratado de Madrid, celebrado entre España y Portugal en 1750. Su objetivo es examinar el modelo educativo de las reducciones jesuíticas, cuya acción pedagógica generó un "habitus" que opone los pueblos de las misiones a las coronas de España y Portugal. El estudio fue basado en fuentes literarias (poema "El Lunar de Sepé", recogido por Simões Lopes en "Cuentos gauchescos y leyendas del Sur" es poema épico "El Uruguay", de Basílio da Gama) y en fuentes documentales (alvarás de expulsión de los jesuítas, Tratado de Madrid y carta enviada al Marqués de Bucareli por los índios guaraníes remanecientes de las Misiones). Entre las fuentes secundarias utilizadas se destaca el libro de Claude Lugon, "La República 'comunista' cristiana de los guaranis".

Palabras Clave: Pedagogía jesuítica; Reducciones guaranis; Educación y migraciones.

LE LUNAR DE SEPÉ ET LA DERNIÈRE MIGRATION: L'ÉDUCATION JÉSUIE ENTRE LES COURONNES D'ESPAGNE ET DU PORTUGAL

Résumé

L'objet de ce travail est la grande migration déterminée par le Traité de Madrid, signé entre l'Espagne et le Portugal en 1750. Son but est d'examiner le modèle éducatif des réductions jésuites dont l'action pédagogique a créé un "habitus" qui a opposé les peuples des Missions aux couronnes d'Espagne et du Portugal. L'étude s'est appuyée sur des sources littéraires (le poème *O Lunar de Sepé*, recueilli par Simões Lopes Neto et publié dans son livre *Contos Gauchescos e Lendas do Sul* et le poème épique *O Uruguay*, de Basílio da Gama) et sur des sources documentaires (les chartes d'expulsion des Jésuites, le Traité de Madrid et la lettre envoyée au Marquis de Bucareli par les indiens guaranis provenant des Missions). Parmi les sources secondaires utilisées, l'on remarque le livre de Claude Lugon, "A República 'comunista' cristã dos guaranis" ("*La République 'comunista' chrétienne des guaranis*").

Mots-clés: Pédagogie jésuite; Réductions guaranis; Éducation et migrations.

Introdução

Pode-se considerar que o fenômeno das migrações se apresenta como uma constante na natureza, determinada pela necessidade de sobrevivência. Manifesta-se, assim, entre os animais de modo geral e entre os homens, de modo particular. Entre os animais, esse fenômeno se expressa de modo típico nas "aves de arribação". Entre os homens, no nomadismo. Na transição da Idade Média para a Época Moderna as migrações foram provocadas pela expansão do comércio, que conduziu os povos do ocidente europeu a se lançar no empreendimento das grandes navegações visando à conquista de novas terras. Nesse processo ocorreu, em 1492, a descoberta da América por iniciativa da Espanha e, em 1500, a chegada dos portugueses ao Brasil.

Aproveitando a inclusão da questão das migrações no tema geral do VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, recuei ao tempo das fronteiras móveis na América Ibérica abordando a migração forçada a que foram submetidos os "Sete Povos das Missões" na metade do século XVIII em consequência do Tratado de Madri celebrado entre Espanha e Portugal em 1750. Nesse mesmo ano ascendeu ao trono português D. José I que, nomeando ministro o futuro Marquês de Pombal, determinou, em 1759, a expulsão dos jesuítas de Portugal e seus domínios.

As reduções jesuíticas ou guaranis foram instituídas a partir de 1610, tendo atingido seu mais alto grau de desenvolvimento em 1750. E se extinguíram em 1768 em consequência da expulsão dos jesuítas da Espanha, assinada pelo rei Carlos III em 27 de março de 1767 e aplicada nas missões pelo decreto especial do mesmo Carlos III, de 2 de janeiro de 1768, que baniu os jesuítas das províncias do Paraguai, Plata e Tucumã, com a taxativa determinação: "Se, após o embarque, existir ainda um só jesuíta, mesmo doente ou moribundo, no

vosso departamento, sereis punido de morte. Eu, o Rei" (LUGON, 1976, p. 302).

Perseguidas pelos espanhóis, as reduções migraram para leste tornando-se, porém, alvos dos ataques dos portugueses, os paulistas que partiam de Piratininga em busca de índios para escravizar. Em consequência dos constantes ataques os povos das missões viveram períodos de grandes migrações. Para se defender desses ataques os jesuítas foram levados a armar os indígenas que conseguiram, em 1641, infringir fragorosa derrota aos paulistas na batalha de Mbororé, na região hoje conhecida como tríplice fronteira. Após essa batalha as reduções viveram um longo período de relativa paz: "desde esse momento e durante mais de cem anos, a República Guaraní não foi mais inquietada seriamente pelos paulistas" (Idem, p. 62). As reduções foram, então, se multiplicando. Daí se originaram, sob direção dos jesuítas subordinados à coroa espanhola, os aldeamentos conhecidos como "Sete Povos das Missões", estabelecidos já no final do século XVII, na margem esquerda do Rio Uruguai, região que hoje se insere no estado do Rio Grande do Sul. Os "sete povos" eram os seguintes: São Francisco de Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga e São Miguel, fundados em 1687, seguidos de São Lourenço Mártir, fundado em 1690, São João Baptista, em 1697 e Santo Ângelo Custódio, em 1706. Essas reduções correspondem, respectivamente, às atuais cidades gauchas de São Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Lourenço das Missões, São João Batista e Santo Ângelo.

Pelo Tratado de Limites assinado em Madri no dia 13 de janeiro de 1750, a Espanha, em troca da Colônia do Sacramento, cedeu a Portugal os burgos e aldeias da margem oriental do rio Uruguai, com todas as suas casas e edifícios. E obrigou os jesuítas a migrar com os índios e todos os pertences que pudessem carregar para outras terras pertencentes à Espanha. A resistência dos índios em cumprir as determinações do Tratado conduziu às guerras guaraníticas que se estenderam de 1754 a 1756, cujo resultado foi a destruição dos Sete Povos das Missões

pelas forças associadas de portugueses e espanhóis. Assim, essas reduções, no momento mesmo em que a grande experiência social missioneira atingia seu auge, eram submetidas à sua derradeira migração.

A organização das reduções

As reduções eram comunidades cristãs que procuravam realizar as aspirações manifestas na "Utopia" de Thomas Morus e nas teses expostas pelo dominicano Bartolomeu de las Casas, primeiro sacerdote ordenado na América, que viveu entre 1474 e 1566 e foi bispo de Chiapas, no México.

Do ponto de vista da distribuição espacial, todas as reduções seguiam o mesmo plano, consoante a observação de Thomas Morus: "quem conhece uma cidade, conhece todas, porque todas são exatamente semelhantes, tanto quanto a natureza do lugar o permita" MORUS, 1966, p. 81). O referido plano colocava no centro a igreja tendo à frente uma grande praça retangular, mais ou menos do tamanho de um campo de futebol: a de Santo Inácio-Mini "media 127 metros por 108" (LUGON, 1976, p. 71). Do lado esquerdo da igreja situavam-se o cemitério e o hospital; do lado direito, a escola ou colégio dos padres e a casa das viúvas. Atrás desse conjunto ficavam os alojamentos e o jardim dos padres. Da praça saíam três amplas avenidas, geralmente pavimentadas, uma à frente e as outras nas laterais. No centro da praça normalmente era colocada a estátua do santo padroeiro de cada redução e, nos quatro cantos, grandes cruces. Nas laterais da praça ficavam a Casa do Povo com os celeiros públicos e o complexo das oficinas, cuja fachada dava para a praça tendo, no lado inverso, pátios interiores cujas arcadas eram sustentadas por grande número de colunas. Nas outras faces da praça situavam-se a hospedagem dos estrangeiros, o arsenal e as casas particulares que abrigavam as famílias dos moradores da redução, cortadas por ruas, sempre retilíneas, que davam acesso aos bairros, até os

confins da cidade, sendo inexistentes "os becos, vielas sombrias, doentias e tortuosas" (Idem, p. 72).

Do ponto de vista econômico desenvolvia-se uma espécie de coletivismo agrário que combinava o comunismo primitivo, vigente nas tribos encontradas pelos colonizadores, com o regime feudal e o comércio de excedentes próprio da fase mercantilista do capitalismo nascente. Com efeito, os indígenas trabalhavam em terras comuns para o pagamento do tributo real, manutenção das instituições eclesiais e dos órfãos, viúvas e de todos que estivessem impossibilitados de trabalhar. Além disso, o trabalho comunal gerava considerável excedente que alimentava uma extensa atividade comercial. Se a maior parte do solo era explorada coletivamente, distribuía-se pequenas faixas de terra entre as famílias para que delas extraíssem o próprio sustento. Ao milho, mandioca, batata-doce e erva-mate, que já eram cultivados pelos indígenas, os jesuítas acrescentaram o trigo, cevada, arroz, cana-de-açúcar, algodão e fumo, além do cânhamo, que tinha aplicação têxtil para a produção dos panos requeridos pela comunidade. Cultivavam-se, ainda, hortaliças, legumes, frutas, plantas ornamentais e medicinais, ademais de flores, de cujas essências se produziam perfumes. Extraíam-se, ainda, madeiras para as mais diversas finalidades como construção de casas e embarcações, fabricação de móveis e ferramentas, assim como para o desenvolvimento das artes da marcenaria, tornearia, escultura e o fabrico de instrumentos musicais. Naturalmente praticavam-se também a caça e a pesca. Complementarmente ao cultivo do campo desenvolvia-se amplamente a criação de gado, particularmente as espécies bovina e ovina. Os padres instruíam os indígenas no exercício de inúmeros ofícios, desenvolvendo um amplíssimo artesanato que cobria a produção de paramentos litúrgicos e de vestimentas de algodão, lã e linho, movimentando significativa quantidade de teares; a construção de alojamentos e estaleiros navais; a moagem, conservação e armazenamento de cereais; moinhos, curtumes, serrarias, olarias, usinas de açúcar e de azeite; forjas e fundições; oficinas de ourivesaria, relojoaria,

serralheria, carpintaria, marcenaria, tecelagem, sapataria, alfaiataria, imprensa, pintura e escultura, multiplicando o número de mestres artesãos e artistas.

Politicamente, tanto na sua organização interna como nas relações entre si e com a coroa de Espanha, as reduções comportavam-se como repúblicas independentes e eram reconhecidas como tais, não obstante considerarem-se submetidas ao governo espanhol: "os padres comprometeram seus neófitos a declararem-se súditos ou vassalos da Coroa de Espanha, fazendo-os compreender que era esse o único meio de assegurar-lhes a liberdade em face dos coloniais" (Idem, p. 105-106). Essa vinculação direta ao rei era uma forma de se colocar a salvo da desconfiança das autoridades coloniais que não viam com bons olhos a independência das reduções. Os guaranis que viviam nos aldeamentos jesuíticos tinham a sua constituição, suas próprias leis, seus dirigentes, juízes, orçamento, exército e polícia, com fronteiras definidas e bem defendidas. O governo era exercido por um "Cabildo" ou conselho eleito que se encarregava de toda a administração prática:

O conselho de cada redução compreendia o corregedor ou presidente, muitas vezes denominado cacique, o qual tinha às suas ordens um *alguacil* ou comissário administrativo; o *teniente* ou vice-presidente, dois alcaides, que eram também "juízes em matéria criminal; dois alcaides – oficiais de polícia que dirigiam o policiamento das ruas e dos campos; o fiscal e seu luçartenente, encarregado, entre outras coisas, de manter os registros de estado civil; enfim, quatro regedores ou conselheiros, assumindo diversos serviços e, eventualmente, assessores "cujo número é proporcional ao dos habitantes" (Idem, p. 89).

Todos os dirigentes eram eleitos pelos próprios índios no final de cada ano. Como não havia partidos, já que a concepção incontrastável se regia pelo bem comum, o Conselho em fim de mandato preparava uma lista de candidatos. A eleição não era

secreta, mas se dava pela manifestação livre das opiniões em assembléia pública, cuja tendência comum era de aceitar todos os candidatos constantes da lista. Os novos governantes eram empossados em seus cargos pelas mãos do pároco. O padre exercia grande autoridade moral, sendo freqüentemente consultado, especialmente diante de eventuais litígios. O Superior-Geral dirigia o desenvolvimento das reduções e constituía a última instância de recurso.

O modelo educativo das reduções

O modelo educativo dos jesuítas impregnava toda a vida social, manifestando-se na organização das atividades produtivas, nas horas de lazer, nos ofícios do culto, nas artes, no comércio, na administração da justiça e no exercício da política. A própria escola se regia pela vida prática, começando por ser profissional e utilitária. Com a estabilização da vida social nas reduções estabeleceram-se dois tipos de escolas, uma para os meninos e outra para as meninas, ambas com freqüência obrigatória dos sete aos doze anos. Nessas escolas ensinava-se a ler, escrever e calcular, além das orações e do catecismo, seguindo-se com os trabalhos com madeira, a tecelagem e outros ofícios manuais, a contabilidade para formar fiscais, controladores e contadores, além da costura e bordados para as meninas aprenderem a confeccionar os ornamentos de igreja e roupas variadas, inclusive para as festas. Elemento importante de educação, de modo especial para incutir a fé cristã, era a atmosfera geral respirada nas reduções pela vida social em seu conjunto, com destaque para o teatro e o canto. Todos os professores, tanto os mestres escolares como os regentes de canto e música eram guaranis, devidamente formados pelos jesuítas. Os padres se mantinham na função de inspetores escolares realizando as visitas das aulas nas escolas, nos coros e nos cursos de música. Sobre a base dessa educação comum, de caráter

eminentemente prático, os jesuítas se propunham a criar uma "elite do espírito e da sabedoria". Como assinala Rohrbacher:

Eles tinham, como o aconselha Platão, separado aqueles que anunciavam dotes de talento especial, para iniciá-los nas ciências e nas letras. Essas crianças selecionadas tinham o nome de Congregação. Eram educadas numa espécie de seminário e estavam submetidas à rigidez do silêncio, do retiro e dos estudos dos discípulos de Pitágoras. Reinava entre os internos tão grande emulação que a simples ameaça de serem devolvidos às escolas comunais lançava um aluno no desespero. Era desse grupo excelente que deviam sair os sacerdotes, os magistrados e os heróis da Pátria (Idem, p. 216).

Pela ação pedagógica decorrente desse modelo educativo, os jesuítas conseguiram inculcar nos guaranis um "habitus", isto é, uma cultura introjetada, um "modus vivendi" que opôs o conjunto dos povos das missões às determinações das coroas de Espanha e Portugal conduzindo-os à resistência armada.

Essa epopéia foi cantada por Basílio da Gama no poema épico *O Uruguai*, em que faz a louvação de Pombal, enaltecendo os feitos do comandante das tropas lusitanas, Gomes Freire de Andrade, sem deixar de reconhecer o heroísmo dos indígenas, exaltado especialmente nas figuras dos chefes Cacambo e Sepé:

Não me chames cruel: enquanto é tempo
 Pensa e resolve, e, pela mão tomando
 Ao nobre embaixador, o ilustre Andrade
 Intenta reduzi-lo por brandura.
 E o índio, um pouco pensativo, o braço
 E a mão retira; e, suspirando, disse:
 Gentes de Europa, nunca vos trouxera
 O mar e o vento a nós. Ah! não de balde
 Estendeu entre nós a natureza
 Todo esse plano espaço imenso de águas.
 Prosseguia talvez; mas o interrompe
 Sepé, que entra no meio, e diz: Cacambo
 Fez mais do que devia; e todos sabem

Que estas terras, que pisas, o céu livres
 Deu aos nossos Avós; nós também livres
 As recebemos dos Antepassados:
 Livres não de as herdar os nossos filhos.
 Desconhecemos, detestamos jugo
 Que não seja o do céu, por mão dos padres.
 As frechas partirão nossas contendas
 Dentro de pouco tempo: e o vosso Mundo,
 Se nele um resto houver de humanidade,
 Julgará entre nós; se defendemos
 Tu a injustiça, e nós o Deus e a Pátria (GAMA, 2006,
 pp. 45-46).

Como se vê, o poeta apologista da Coroa Portuguesa transmite uma imagem do índio Sepé como radical e intransigente, ou seja, aquele que teria encarnado mais plenamente o "habitus" inculcado pelos jesuítas. Vejamos, pois, como o ideário popular conformou a figura de Sepé Tiaraju, magistralmente expressa no poema do cancionero guasca, "O lunar de Sepé".

O "Lunar de Sepé" na resistência à derradeira migração

O artigo 16 do Tratado de Madri prescreveu:

Das povoações ou aldeias, que cede S. M. C. na margem oriental do rio Uruguai, sairão os missionários com todos os móveis e efeitos levando consigo os índios para os aldear em outras terras de Espanha; e os referidos índios poderão levar também todos os seus bens móveis e semoventes, e as armas, pólvoras e munições, que tiverem em cuja forma se entregarão as povoações à Coroa de Portugal com todas as suas casas, igrejas e edifícios, e a propriedade e posse do terreno. As que se cedem por Sua Majestade Fidelíssima e Católica nas margens dos rios Pequiri, Guaporé e das Amazonas, se entregarão com as mesmas circunstâncias que a Colônia do Sacramento, conforme se disse no artigo XIV; e os índios de uma e outra parte terão a mesma liberdade para se irem ou

ficarem, do mesmo modo, e com as mesmas qualidades, que o hão de poder fazer os moradores daquela praça; exceto que os que se forem perderão a propriedade dos bens de raiz, se os tiverem (SOUSA, 1939, vol. 19).

Os jesuítas tentaram, primeiramente, negociar a modificação do tratado. Paralelamente, pediram, por duas vezes, a prorrogação de sua aplicação para o fim de terminar as colheitas. Mas foram se convencendo de que o tratado, apesar de injusto, já não podia ser discutido e devia ser cumprido. E tentaram persuadir os guaranis a abandonar a margem oriental do Uruguai. Mas os índios opuseram resistência tenaz e determinada chegando a impedir a deserção de alguns padres com ameaça de morte. Conforme Lugon (1976, p. 296), o "território da República Guarani, com os grandes pântanos do oeste, os rios Paraná e Uruguai, prestava-se admiravelmente a uma resistência indefinida". Nessa configuração espacial os povos das missões, unidos, derrotariam qualquer exército inimigo. Mas as instruções dos padres, aceitando a visão dos superiores, "conseguiram quebrar a solidariedade dos guaranis". E a derrota sobreveio com a morte de Nicolas Languiru na sangrenta batalha de Caybaté, em 10 de fevereiro de 1756. A partir daí a resistência guarani se enfraqueceu definitivamente. Em 16 de maio as tropas tomaram São Miguel, em seguida São Lourenço, São João e Santo Ângelo chegando, já perto do final de 1756, a São Nicolau, "a última das sete reduções" (Idem, p. 294). Languiru havia sucedido Sepé morto, por sua vez, na batalha travada três dias antes, em 7 de fevereiro. Sua epopéia calou fundo na memória popular, sendo celebrada de várias maneiras, entre as quais se destaca o poema "O lunar de Sepé", composto no total por 30 estrofes sendo que a primeira constitui um estribilho que se repete a cada quatro estâncias. Pela força desse poema e pela sua expressividade pedagógica impõe-se considerá-lo no seu todo:

O LUNAR DE SEPÉ²

Eram armas de Castela
 Que vinham do mar de além;
 De Portugal também vinham,
 Dizendo, por nosso bem:
 Mas quem faz gemer a terra...
 Em nome da paz não vem!

Mandaram por serra acima
 Espantar os corações;
 Que os Reis Vizinhos queriam
 Acabar com as Missões,
 Entre espadas e mosquetes,
 Entre lanças e canhões!...

Cheiravam as brancas flores
 Sobre os verdes laranjais;
 Trabalhava-se na folha
 Que vem dos altos ervais;
 Comia-se das lavouras
 Da mandioca e milharais.

Ninguém a vida roubava
 Do semelhante cristão,
 Nem a pobreza existia
 Que chorasse pelo pão;
 Jesus Cristo era contente
 E dava sua benção...

Por que vinha aquele mal,
 Se o pecado não havia?...
 O tributo se pagava
 Se o vizo-rei o pedia,
 E até sangue se mandava
 Na gente moça que ia...

² Poema recitado por Maria Genórica Alves, mestiça descendente dos índios missionários. Após ouvir a récita de Maria Genórica, J. Simões Lopes registrou esse poema e o publicou em seu livro "Contos gauchescos e lendas do Sul" (ALVES FILHO, 1999, pp. 110-113).

Esse primeiro conjunto de quatro estrofes marca as condições de vida, a produtividade econômica das reduções e os benefícios que proporcionava à coroa espanhola, inclusive na defesa militar. Por que, então, as armas de Espanha e de Portugal se voltavam contra elas?

Eram armas de Castela
Que vinham do mar de além;
De Portugal também vinham,
Dizendo, por nosso bem:
Mas quem faz gemer a terra...
Em nome da paz não vem!

Os padres da encomenda
Faziam sua missão:
Batizando as criancinhas,
E casando, por união,
Os que juntavam os corpos
Por força do coração

Do sangue dum grão-Cacique
Nasceu um dia um menino,
Trazendo um lunar na testa,
Que era bem pequenino:
Mas era um cruzeiro feito
Como um emblema divino!...

E aprendeu as letras feitas
Pelos padres, na escritura;
E tinha por penitência
Que a sua própria figura
De dia, era igual às outras...
E diferente, em noite escura!...

Diferente em noite escura,
Pelo lunar do seu rosto,
Que se tornava visível
Apenas o sol era posto;
Assim era Tiaraiú,
Chamado Sepé, por gosto.

Esse segundo conjunto destaca o papel dos missionários no desenvolvimento cultural e no espírito religioso dos povos das missões, sacramentando as famílias e provendo a educação das crianças, cujo exemplo paradigmático é dado pelo nascimento de Sepé Tiaraju com o seu característico lunar³.

Eram armas de Castela
Que vinham do mar de além;
De Portugal também vinham,
Dizendo, por nosso bem:
Mas quem faz gemer a terra...
Em nome da paz não vem!

Cresceu em sabedoria
E mando dos povos seus;
Os padres o instruíram
Para o serviço de Deus,
E conhecer a defesa
Contra os males dos ateus...

Era moço e vigoroso,
E mui valente guerreiro:
Sabia mandar manobras
Ou no campo ou no terreiro;
E na cruzada dos perigos
Sempre andava de primeiro.

Das brutas escaramuças,
As artes e artimanhas
Foi o grande Languiru
Que lh'ensinou; e as façanhas,
De enredar o inimigo
Com o saber das aranhas...

E tudo isso aprendia;
E tudo já melhorava,

³ Se, como adjetivo, lunar significa referente à lua, como substantivo designa uma mancha congênita, ou sinal, gravada na pele, geralmente em forma de meia-lua. No caso de Sepé o lunar tinha a forma estelar do cruzeiro.

Sepé-Tiaraiú, chefe
 Que os Sete Povos mandava,
 Escutado pelos padres,
 Que cada qual consultava.

Nesse terceiro grupo de estâncias exaltam-se a liderança e as qualidades guerreiras de Sepé, cumprindo-se a predestinação sinalizada pelo lunar.

Eram armas de Castela
 Que vinham do mar de além;
 De Portugal também vinham,
 Dizendo, por nosso bem:
 Mas quem faz gemer a terra...
 Em nome da paz não vem!

E quando a guerra chegou
 Por ordem dos Reis de além,
 O lunar do moço índio
 Brillhou de dia também,
 Para que os povos vissem
 Que Deus lhe queria bem...

Era a lomba da defesa,
 Nas coxilhas de Ibagé,
 Cacique muito matreiro
 Que nunca mudou de fé:
 Cavalos deu a ninguém...
 E a ninguém deixou de a pé...

Lançaram-se cavaleiros
 E infantes, com partasanas,
 Contra os Tapes defensores
 Do seu pomar e cabanas;
 A mortandade batia,
 Como ceifa de espadas...

Couças duras, de ferro,
 Davam abrigo à vida
 Dos muitos, que, assim fiados,
 Cercavam um só na lida!...

Um só, que de flecha e arco,
Entra na luta perdida...

Esse quarto conjunto narra a saga de Sepé que, conforme o imaginário popular, entra na luta abençoado por Deus.

Eram armas de Castela
Que vinham do mar de além;
De Portugal também vinham,
Dizendo, por nosso bem:
Mas quem faz gemer a terra...
Em nome da paz não vem!

Os mosquetes estrondeiam
Sobre a gente ignorada,
Que, acima do seu espanto,
Tem a vida decepada...;
E colubrinas maiores
Fazem maior matinada!...

Dócil gente, não receia
As iras de Portugal:
Porque nunca houve lembrança
De haver-lhe feito algum mal:
Nunca manchara seu teto...;
Nunca comera seu sal!...

E de Castela, tampouco
Esperava tal furor;
Pois sendo seu soberano,
Respeitara seu senhor;
Já lhe dera ouro e sangue,
E primazia e honor!...

A dor entrava nas carnes...
Na alma, a negra tristeza
Dos guerreiros de Tiaraiú,
Que pelejavam defesa,
Porque o lunar divino
Mandava aquela proeza...

Nesse penúltimo conjunto de estrofes ressoa o lamento dos povos das missões diante do sem-sentido de uma guerra injusta e de antemão perdida pelos representantes do bem que, no entanto, tinham que cumprir o destino traçado pelo lunar divino.

Eram armas de Castela
 Que vinham do mar de além;
 De Portugal também vinham,
 Dizendo, por nosso bem:
 Mas quem faz gemer a terra...
 Em nome da paz não vem!

E já rodavam ginetes
 Sobre os corpos dos infantes
 Das Sete Santas Missões,
 Que pareciam gigantes!...
 Na peleja tão sozinhos...
 Na morte tão confiantes!...

Mas o lunar de Sepé
 Era o rastro procurado
 Pelos vassalos dos Reis,
 Que o haviam condenado...
 Ficando o povo vencido...
 E seu haver... conquistado!

Então, Sepé foi erguido
 Pela mão de Deus-Senhor,
 Que lhe marcara na testa
 O sinal do seu penhor!
 O corpo, ficou na terra...
 A alma, subiu em flor!...

E, subindo para as nuvens,
 Mandou aos povos benção!
 Que mandava o Deus-Senhor
 Por meio do seu clarão...
 E o lunar na sua testa
 Tomou no céu posição...

Eram armas de Castela

Que vinham do mar de além;
 De Portugal também vinham,
 Dizendo, por nosso bem...
 Sepé-Tiaraiú ficou santo
 Amém! Amém! Amém!...

E o poema se encerra com a celebração da vitória de Sepé sobre a morte: seu lunar toma no céu a posição do Cruzeiro do Sul e o grande chefe é canonizado e imortalizado como santo no imaginário popular. Sua memória se incrustou definitivamente na geografia do Rio Grande do Sul em cujo centro se localiza a cidade de São Sepé, banhada pelas águas do Rio São Sepé, afluente do Vacacaí. Também a RS-344 recebeu o nome de "Rodovia Sepé Tiaraju". Com a extensão de 104 quilômetros, começa em Porto Mauá, na fronteira com a Argentina, passa por Tuparendi, Santa Rosa, Giruá e Santo Ângelo, chegando até Entre-Ijuís, no entroncamento com a BR-285. Esta, por sua vez, é uma das mais importantes rodovias do Rio Grande do Sul, pois liga Vacaria no nordeste do estado a Uruguaiana, no extremo sudoeste, passando por Passo Fundo, Carazinho, Ijuí, São Luís Gonzaga, São Borja e Itaqui.

Significado pedagógico da imagem de Sepé

A figura de Sepé, com tudo o que ela tem de verdade assim como com tudo o que nela há de lendário, é emblemática do projeto civilizatório e, especificamente, do modelo educativo levado a efeito pelos jesuítas: a aculturação dos indígenas nas tradições e costumes dos colonizadores, com ênfase na fé cristã inculcada por meio da catequese, cujo eixo era o trabalho pedagógico. Para os jesuítas o esforço de conversão devia guiar-se preferencialmente pelo convencimento. E este se dava por meio de práticas pedagógicas institucionais (as escolas) e não-institucionais (o exemplo). Se as primeiras eram mais visíveis, as segundas se revelavam bem mais eficazes porque impregnavam todos os

aspectos da vida social, assegurando a adesão interior dos indígenas à nova forma de existência. Pelo mecanismo das reduções a visão de mundo dos jesuítas ordenava o universo inteiro da vida dos guaranis garantindo aos padres o controle e a supervisão de todos os atos por eles praticados. Se na vertente religiosa da concepção humanista tradicional de educação o homem é entendido como uma essência universal criada por Deus à sua imagem e semelhança; se, em conseqüência, nessa concepção o papel da educação é moldar a existência particular e real de cada educando à essência universal e ideal que o define como ser humano; se, portanto, isso significa que o modelo a ser imitado é o próprio Deus encarnado na figura de Jesus Cristo; se os homens que mais se aproximaram do modelo de Cristo na prática das virtudes por ele ensinadas são reconhecidos como santos; então, a santidade atribuída a Sepé é a prova robusta do êxito do trabalho pedagógico dos jesuítas, enquanto expressão da plena aculturação dos indígenas na visão de mundo cristã.

Após a derradeira migração representada pela derrota militar dos guaranis, as reduções tiveram uma sobrevida que se estendeu até a expulsão dos jesuítas pelo governo espanhol, aplicada às Missões por decreto de 2 de janeiro de 1768. Isso ocorreu, evidentemente, na margem ocidental do Uruguai que continuou sob jurisdição espanhola. Mas de certo modo se deu também na banda oriental com os "Sete Povos das Missões" cuja região, pelo Tratado de Madri, passaria para o domínio português. Com efeito, aos espanhóis aquela guerra soava estranha, pois se revelava contrária aos interesses de seu país, ao transferir para os portugueses aquela importante região. Assim, os espanhóis encarregados da demarcação das novas fronteiras foram protelando os trabalhos, tendo em vista ganhar o máximo de tempo possível. Nessa situação, parte dos guaranis reocupou as reduções devastadas que apenas nominalmente passaram ao domínio português.

Imediatamente após a migração forçada dos jesuítas decorrente do mencionado decreto de banimento assinado em 2 de

janeiro de 1768, tivemos mais uma contundente e indiscutível demonstração do êxito do trabalho educativo realizado pelos inacianos. Trata-se da carta dirigida pela Municipalidade da Missão de São Luís Gonzaga ao Governador de Buenos Aires, Marquês de Bucareli. Nessa carta escrita em guarani, datada de 28 de fevereiro de 1768, os membros da municipalidade "e todos os caciques e índios, mulheres e crianças" dirigem-se confiantes ao governador, "com toda a humildade e de lágrimas nos olhos" pedindo "que seja permitido aos filhos de Santo Inácio, aos padres da Companhia de Jesus, continuarem residindo entre nós e aqui permanecerem sempre". Ao mesmo tempo em que fazem essa súplica com "os rostos banhados em lágrimas", eles afirmam: "quanto aos monges e padres que nos foram enviados para substituir os padres da Companhia de Jesus, não os queremos", pois eles "não cuidam de nós, ao passo que os filhos de Santo Inácio eram cheios de bondade por nós. Foram eles quem, desde o princípio, cuidaram de nossos pais, os instruíram, os batizaram e os salvaram para Deus e o rei". Comprometem-se, caso o "bom senhor governador" atenda à sua súplica, a pagar "um tributo mais considerável em erva-mate", acrescentando: "não somos escravos e queremos fazer ver que não nos agrada o costume espanhol que quer que cada um cuide de si, em lugar de se ajudarem mutuamente em seus trabalhos cotidianos". E declaram ao governador que, sem a volta dos jesuítas "esta Missão perder-se-á como as outras. Estaremos perdidos para Deus e para o rei; cairemos sob a influência do Demônio, e onde encontraremos então socorro, na hora da nossa morte?" (LUGON, 1976, p. 307-309).

Conclusão

As migrações nos séculos XVI e XVII fizeram-se da Europa Ocidental para o Novo Mundo pelo impulso da conquista de novos espaços e novos mercados por parte da ascendente

burguesia. Deu-se, então, um processo contraditório em que a "força civilizadora" perpetrou atrocidades inauditas dizimando indígenas aos milhões e forçando os sobreviventes a contínuas migrações internas. Essa foi a ação de ingleses ao Norte das Américas, de espanhóis ao Centro e ao Sul e de portugueses ao Sul. Complementarmente os negros africanos eram arrancados de suas terras de origem e, em grandes e forçadas migrações, transportados para o trabalho escravo nas "plantations" das Américas. Esse processo culminou, no século XIX, com a constituição do mercado mundial, conforme assinalou Marx em carta a Engels datada de 8 de outubro de 1858:

A verdadeira missão da sociedade burguesa é criar o mercado mundial, pelo menos em suas grandes linhas, assim como uma produção condicionada pelo mercado mundial. Como a terra é redonda, essa missão parece acabada com a colonização da Califórnia e da Austrália assim como a abertura do Japão e da China. Para nós, a questão difícil é esta: sobre o continente europeu, a revolução é iminente e ela toma um caráter socialista, mas não será ela abafada nesse pequeno canto, já que, sobre um terreno muito mais vasto, o movimento da sociedade burguesa é ainda ascendente? (MACHADO, 2002, p. 32).

Como demonstrou Marx, a economia capitalista se caracteriza por crises cíclicas intercaladas com períodos de grande desenvolvimento. Assim é que, após o período de "boom" econômico entre 1848 e 1870, sobrevém na Europa a "grande depressão" (1873-1895) que atingiu, sobretudo, as populações agrícolas que então compunham a maioria dos habitantes dos diferentes países europeus. Conforme testemunha Eça de Queiroz em artigo de 1888, a crise européia parecia sem saída:

Não sei o que aí se passa nessa viçosa América. Mas aqui neste ressequido continente, há já mais de dois anos, *aqueles que se distinguem por conhecer as coisas das nações* [...] recomeçam a inquietar-se e a gritar sombriamente: -

A situação da Europa é medonha. Sob as crises que a sacodem, já a máquina se desconjunta. Nada pode sustentar o incomparável desastre. Este fim de século é um fim de mundo! (QUEIROZ, apud MACHADO, 2002, p.32).

Mas o fenômeno das migrações proporcionou uma válvula de escape à crise que parecia inevitável, como constata o próprio Eça de Queiroz:

Para o proletariado a emigração é a solução material da miséria, para o Estado é o remédio do pauperismo! Poucos governos há, com efeito, na Europa, que não se tenham valido da emigração como um paliativo, indireto mas eficaz, à densidade de população, aos acréscimos da miséria, às crises industriais (QUEIROZ, apud MACHADO, 1999, p.33).

Assim, a partir do último quartel do século XIX, levas e levas de emigrantes se deslocaram do Velho para o Novo Mundo, sendo o Brasil um dos principais alvos dessa grande onda migratória. Entre 1881 e 1930 migraram de Portugal para o Brasil 1.070.351 pessoas.

No momento atual vem se observando uma inversão no fluxo migratório que passa a ocorrer predominantemente das nações periféricas para os países centrais do sistema capitalista, impondo desafios de ordem social, política e educacional. Hoje, como ontem, as decisões são tomadas em nível central, gerando efeitos deletérios para grandes contingentes da população mundial oriunda da periferia do capitalismo. Em 1750 as autoridades de Espanha e Portugal decidiram a sorte dos guaranis, o que resultou na destruição da promissora experiência social e do modelo educativo dos sete povos das missões. Hoje as autoridades dos países europeus, aparentemente seguindo a orientação da União Européia, expulsam cidadãos dos países periféricos e enrijecem os mecanismos legais que dificultam a entrada de imigrantes. Parafraseando Eça de Queiroz, podemos dizer que este início de século é um início de fim de mundo para os deserdados da terra

que povoam a América Latina, África e grande parte da Ásia. A Europa de Eça de Queiroz logrou escapar da crise recorrendo à emigração. Os deserdados de hoje também se lançam na onda emigratória. Mas os que ontem decidiram pela emigração são os mesmos que hoje a inviabilizam dificultando, por diferentes meios, a imigração. Que modelo educativo poderá dar conta dos conflitos e contradições que atravessam o fenômeno das migrações neste tumultuado mundo em que vivemos?

Referências

ALVES FILHO, Ivan (1999). *Brasil, 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro, Mauad.

GAMA, José Basílio (2006). *O Uruguai*, 5ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Record.

LUGON, Clovis (1976). *A República "comunista" cristã dos guaranis: 1610-1768*, 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MACHADO, Maria Cristina Gomes (2002). *Rui Barbosa: pensamento e ação*. Campinas, Autores Associados.

MORUS, Thomas (1966). *A utopia*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro.

SOUSA, Octávio Tarquínio (1939). *Colecção documentos brasileiros*, vol. 19, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora (disponível também em <http://historiaaberta.com.sapo.pt/lib/doc016b.htm> Acesso em 28 de abril de 2008).

<p>Derneval Saviani é Professor Emérito da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Coordenador Geral do Grupo Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" (HISTEDBR).</p>

Recebido em 11/08/2008

Aceito em 15/11/2008